

Para além de uma antropologia das perdas: identidades polonesas e memórias*

Juliano Florczak Almeida**
Maria Catarina Chitolina Zanini***

Resumo

Este trabalho apresenta uma etnografia realizada com descendentes de imigrantes poloneses da Linha Bom Jardim, em Guarani das Missões-RS, objetivando conhecer e analisar suas relações interétnicas (no sentido de indicar uma trajetória de construção das identidades étnicas polonesas). Esta pesquisa, além de abordar polono-brasileiros, um grupo étnico pouco estudado, possibilita discutir as dinâmicas identitárias, a mudança e a continuidade nos processos culturais. Partindo da prática de observação participante, de registro em diário de campo e de entrevistas abertas, notamos que as construções memorialistas sobre a migração e a colonização polonesas estabelecem crença em uma origem comum. Afora isso, na atualidade, haveria rupturas com a *pureza*. Porém, não é possível perceber processos de homogeneização, mas, sim, fluxos e diálogos com a sociedade envolvente.

Palavras-chave

Identidades polonesas; memórias; migrações

Abstract

This study shows an ethnography with inhabitants of Linha Bom Jardim, Guarani das Missões-RS, focusing on their interethnic relations established (to indicate a trajectory of construct of Polish ethnic identities). This research analyzes the Polish-Brazilians, a little studied ethnic group, and allows discussing about the relations between change and continuity in the cultural processes. The investigation instruments used were observation practice, ethnographic diary and informal interviews. The construction of memories enables that Polish people entertain a subjective belief in their common descent. Besides that, they think that current time is the *time of ethnic mixture*. As a result of this, it is not possible to think that the people are becoming homogeneous, but we observe dialogues and fluxes with the evolving society.

Keywords

Polish identities; memories; migrations

1. Introdução

No apagar do século XIX, na região meridional do Brasil – que há pouco se tornara uma República –, as Colônias Ijuí, Jaguari e Guarani eram criadas dentro de um complexo projeto do Estado Nacional brasileiro, que iniciara ainda no período imperial e que visava à colonização de terras por imigrantes. Tal região assumia novas feições: as três colônias citadas eram mistas¹. Do outro lado do Atlântico, mais ou menos simultaneamente, um conjunto de sujeitos, que possuía outro conjunto de planos igualmente complexos e que não ignorava os interesses que agentes brasileiros expressavam, decidia emigrar.

Mais de um século depois, todo esse emaranhado de fenômenos – e outros a ele relacionados – ganham nova vida nas memórias de camponeses que residem na Linha Bom Jardim, interior de Guarani das Missões-RS² (município cujas origens remontam ao Núcleo Comandaí da Colônia de Guarani), e que se identificam como descendentes dos imigrantes poloneses³, os quais chegaram ao Noroeste do Rio Grande do Sul, principalmente, no final do século XIX e início do século XX⁴.

¹ Depois de, em uma primeira fase, construírem-se colônias cujos imigrantes eram pertencentes a uma mesma comunidade nacional, as autoridades brasileiras da então nascente República, temerosas com o fenômeno que denominavam de “enquistamento” de europeus e desejosas de que se experienciasse no Brasil o “branqueamento”, passaram a criar as chamadas colônias mistas, nas quais eram assentadas pessoas que expressavam diferentes pertencimentos étnicos, a fim de forçar sua “assimilação” à sociedade nacional (Cf. SEYFERTH, 1999). Nesse período, também observa Seyferth (1996, p.51-2), a aproximação cultural torna-se um critério de hierarquização das populações brancas, e os latinos passam a ser priorizados, a despeito dos alemães, percebidos como pouco dados às “misturas”.

² Município emancipado em 1959, Guarani das Missões possuía, em 2010, uma população de 8.115 pessoas. Do total de habitantes, 38% residiam na zona rural. O município está situado na região das Missões, no Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul. Em 1995, cerca de 95% dos estabelecimentos agropecuários possuíam menos de 50 hectares, sendo que 65% deles tinham até 20 ha – área correspondente à medida de um módulo rural na região. O leite é a principal matriz produtiva do município. Em 2006, os produtos agrícolas resultantes de lavouras temporárias – para as quais se destinaram mais de 60% das terras – que mais geraram recursos foram a soja em grãos (responsável por mais da metade dos valores), o milho (pouco menos de um terço) e a mandioca. (Fontes: sítio do IBGE e da Prefeitura Municipal de Guarani das Missões. Consultas: 25/06/2011).

³ Cabe destacar que esses pertencimentos são construídos aqui no Brasil. Na realidade, o Estado-nação polonês somente se constituiu com o fim da Primeira Guerra Mundial. A importância do Estado-nação para a construção de um sentimento de nação foi apontado por Hobsbawm (1990). Segundo esse historiador inglês (1990, p. 19), a nação “[...] é uma entidade social apenas quando relacionada à certa forma de Estado territorial moderno, o ‘Estado-nação’; e não faz sentido discutir nação e nacionalidade fora desta relação”. Como se verá adiante, quando da migração dos antepassados dos meus interlocutores, o território que futuramente viria a ser polonês era ocupado por três grandes Impérios: o Prussiano, o Russo e o Austro-Húngaro. Esses sujeitos migrantes, portanto, somente são reconhecidos como poloneses quando desembarcam em solo brasileiro.

⁴ Para uma boa interpretação sobre a construção da Colônia Guarani, ver Polanczyk (2010).

Ao abordar o processo migratório polonês para o Brasil meridional, este texto faz parte de um movimento acadêmico que tem quebrado com o silêncio em torno dessa etnia, que constitui a terceira maior população migrante proveniente da Europa para o Rio Grande do Sul, excluindo-se a lusitana (GRITTI, 2004, p.80). Seja em razão dos processos de estigmatização em que se enredaram os poloneses no Brasil – e, quanto a essas questões, a obra de Gritti (*ibid.*) é referência obrigatória –, seja por outros motivos, o fato é que a imigração polonesa foi tida como um objeto menor⁵, concepção que começa a ser revertida.

O objetivo deste texto, portanto, é descrever e analisar essas narrativas em que descendentes de imigrantes poloneses articulam memórias das políticas migratórias de seus antepassados e de Estados-nação dos quais seus ancestrais partiram e rumaram. O que desejamos mostrar é como essas narrativas permitem vislumbrar o caráter de construto social das identidades polonesas, que são refeitas em diálogos com momentos históricos específicos⁶. Em última análise, o que tentamos salientar é que “[...] a teoria cultural não deve ficar desconcertada em face da mudança estrutural [...]; nem ela está condenada a preocupar-se somente com a espuma ‘superestrutural’ da onda da história” (SAHLINS, 2008, p. 68).

Para tanto, o texto está estruturado em dois grandes eixos. O primeiro apresenta um esboço para uma história da pesquisa de campo, realizado junto com camponeses descendentes de poloneses (ALMEIDA, 2011). O segundo constitui-se em uma tentativa de interpretação dessas experiências de campo, de forma dialógica.

2. Narrativas e cotidianos: um aprendiz de etnógrafo em campo

Este trabalho configura-se como uma etnografia. A memória coletiva é aqui entendida, partindo da compreensão de Halbwachs (1990), como uma construção social contemporânea sobre o passado, baseada não nos tempos idos em si, mas em representações coletivas tecidas dialogicamente. Assim, quando falamos sobre o passado, tentamos fazê-lo de modo que as apropriações estabelecidas pelas pessoas pesquisadas não fiquem subsumidas a algo estanque, de modo a salientar que são construções narrativas dialógicas e reflexivas (GUMPERZ, 1985; KEDAR, 1987;

⁵ Vide o levantamento feito pela própria Gritti (2004, p. 15).

⁶ Para um trabalho com uma perspectiva similar, porém sobre os ítalo-brasileiros da região central do Rio Grande do Sul, ver Zanini (2006).

ORTNER, 2010; RICOUER, 1994, entre outros). Ao tentar apresentar os sentidos subjetivos atribuídos aos tempos de antanho, estamos tecendo uma possibilidade de descrição densa (GEERTZ, 1989). Na realidade, o nosso interesse não reside nos fatos históricos em si – se é que existe semelhante categoria de fatos –, mas no uso que os agentes que buscamos entender fazem deles, como meio de compreender seus lugares no mundo.

Essa compreensão de etnografia mostra que tal forma de conhecimento não se define pela aplicação de determinadas técnicas de pesquisa. Porém, cabe ressaltar que eu⁷ sempre carregava uma entrevista semiestruturada, mas pouco a utilizei – no mais das vezes, tentei deixar meus interlocutores bem à vontade para ditar os rumos da prosa. Também levava uma caderneta para anotações breves. Essas notas guiavam o registro no diário de campo, no qual escrevia o máximo de informações possíveis. Almejava sempre lembrar as palavras usadas, os gestos feitos e quem escutava cada informação.

Nas conversas, tentava agregar todas as pessoas da família ao meu redor. Com isso, objetivávamos fazer da pesquisa algo próximo do que Becker (1997) acredita ser o diferencial da observação participante: minimizar a importância do pesquisador (por exemplo, garantindo que as identidades sejam mantidas em sigilo) e colocar os agentes familiares (sujeitos significativos com os quais se sabe se é possível discordar ou não) em interação na produção das informações. O controle do que se fala e do que se deixa ouvir é, então, feito pelos pares – e pensando neles. Os pedidos para que se falasse baixo, a fim de que um membro da família de outra etnia ou que não expressava certo sinal diacrítico polonês não escutasse alguma opinião, revelavam elementos muito significativos para compreender a dinâmica das relações sociais ali existentes.

Foi com a intenção de tornar o ambiente menos antipático para as pessoas com quem eu conversava que, aos poucos, fomos priorizando não usar o gravador. Se, para nós, pesquisadores, o aparelho representava a certeza de que a memória não trairia os imaginários dos pesquisados, muitos desses preferiram que não fosse utilizado o

⁷ O trabalho de campo foi realizado pelo coautor, ainda que sob orientação da coautora. Quando se conjugam verbos na primeira pessoa do singular (eu), estamos nos referindo a experiências de campo do coautor. Quando se conjugam verbos na primeira pessoa do plural (nós), estamos nos referindo ao trabalho realizado em conjunto. O trabalho analítico compartilhado, bem como as longas conversas durante a pesquisa de campo entre os autores, justifica a coautoria.

equipamento. Em uma das primeiras conversas que tive, quando eu perguntei a Carlos⁸ (66 anos, polonês e agricultor) e Suzana (66 anos, polonesa e agricultora aposentada) se poderia ligá-lo, a reação dele foi: “E se saí alguma coisa errada [risos]...?”. E, quando eu segui conversando sem o gravador, sentiram-se melhor.

As análises presentes neste texto são reflexões feitas partindo do trabalho de campo que, principalmente durante períodos do ano de 2011, foi realizado na Linha Bom Jardim (ALMEIDA, 2011). Nesses dias, pude acompanhar o cotidiano de seus moradores, participar das aulas de quinta série da Escola Municipal localizada na Linha⁹ e passar tardes falando sobre os assuntos mais diversos com moradores. Esses diálogos, majoritariamente, findavam falando sobre o passado do lugar e suas gentes¹⁰.

Contudo, essas conversas não se deram somente com pessoas que reivindicam pertença polonesa. Uma das nossas interlocutoras, Daniela (63 anos, polonesa, portuguesa, professora aposentada¹¹), perguntou-me o seguinte, no primeiro dia que falei com ela, sua mãe e seu marido: “Mas tu não vai entrevistá só polonês, então?”. Concordei com ela. Na medida em que buscamos entender relações interétnicas que forjam pertencimentos a comunidades polonesas, pensamos que é preciso escutar não apenas poloneses, mas todos aqueles agentes que se mostram significativos no campo¹² da etnicidade¹³. E, levando a sério a noção interacionista de identidade étnica, não há como saber, *a priori*, quem é polonês.

Essa noção interacionista de identidade étnica, sintetizada por Barth (1998), mostrou-se a mais adequada para pensar a realidade da Linha. No início de abril, conversando com o casal Suzana (66 anos, polonesa, agricultora aposentada) e Carlos

⁸ Todos os nomes citados no trabalho são pseudônimos. Optamos por trocar os nomes para preservar a identidade dos nossos interlocutores.

⁹ O acompanhamento dessas aulas permitiu-nos conhecer a população mais jovem – cada vez menor na zona rural – e suas memórias.

¹⁰ As imbricações entre memória e pertencimento étnico já são bem conhecidas. A ideia weberiana (WEBER, 1994) de comunidade étnica – crença subjetiva em uma origem comum – implica a partilha de uma memória comum desse princípio do grupo e, por decorrência, de si. Da mesma forma, Pollak (1992, p. 204) apresenta o fenômeno da memória como estritamente ligado à identidade social, pois seriam as lembranças – e os esquecimentos – que permitiriam a coerência entre elementos que formam o coletivo e a crença na continuidade temporal do mesmo, em seus múltiplos movimentos de reconstrução de si. Zanini (2006, p. 22-3), a partir de pesquisa com ítalo-brasileiros da região central do Rio Grande do Sul, diz que “memória e a construção da identidade caminham juntas”. Por outro lado, a importância de uma coletividade para a conformação das memórias já era relatada por Halbwachs (1990). Assim, acredito que se possa pensar em um movimento dialógico entre ideia de pertencimento a um grupo e memória.

¹¹ Logo após o nome de cada interlocutor, apresento a idade, a identificação étnica e a profissão, conforme me informaram, isto é, respeitando as autodefinições.

¹² O sentido atribuído ao termo “campo”, neste trabalho, está expresso em Bourdieu (1989).

¹³ “[...] A censura mais radical é a ausência” (BOURDIEU, 1989, p. 55).

(66 anos, polonês, agricultor), escutei uma fala que diz muito sobre como se processam os pertencimentos na Linha. Pedi para que eles me contassem sobre o pessoal *polonês* – seus parentes e vizinhos – que foi para o Paraná na década de 1960. Tive uma surpresa na sua síntese:

“O gaúcho é desbravador. Trabalhador. Derrubaram tudo o mato no Paraná. Mas não ficaram lá. Foram tudo pro Paraguai derrubá as mata de lá. O brasileiro é trabalhador. O paraguaio não é, viu? Mas eles tão mal lá no Paraguai. O governo tá perseguindo eles lá... os brasiguaios, como chamam” (Carlos).

Os poloneses que saíram do Noroeste do estado se tornaram gaúchos no Paraná e brasiguaios no Paraguai – e em oposição aos paraguaios. Em tal contexto, tivemos que lançar mão do conceito interacionista de grupo étnico, capaz de facilitar a apreensão das nuances das identificações, dado que relativiza ao contexto de contato a definição dos sinais diacríticos. Trata-se das culturas residuais, mas irreduzíveis, de que fala Carneiro da Cunha (1986). Se, por mais de um século, essas pessoas e seus antepassados mantiveram e mantêm clivagens entre si, mesmo que os confrontos entre alteridades sejam cotidianos (muitas vezes, na mesma casa), a noção interacionista de etnia pode servir para entendê-los. Apostando na dinâmica – e não na essência – cultural, essa perspectiva entende o conflito interétnico como o próprio incentivador da construção de fronteiras e como fornecedor de uma linguagem para essa construção. As identidades fazem sentido nas interações e por meio delas, em que são negociadas e servem como instrumentais de distinção.

Com essa perspectiva, conversando com, ao total, aproximadamente 50 pessoas que, cotidianamente, atuavam nas cenas, palcos e eventos da Linha Bom Jardim, como também buscando falar com pessoas de diferentes idades, gêneros e etnias, foram reunidas muitas páginas de diário de campo. Com base na análise de todo esse material, pudemos perceber uma coleção de representações mais ou menos compartilhadas por todos os interlocutores. Essas imagens sobre o passado, nas quais identificamos uma trajetória de construção das identidades polonesas, é que passamos a apresentar na sequência.

3. Memórias de travessias: construindo origem comum e diferenças

Um conjunto de representações sobre o passado diz respeito ao que se pode denominar de travessias, tomando emprestado o termo utilizado por Zanini (2006, p. 37-38). Essas

narrativas expressam como nossos interlocutores compreendem os processos de construções dos emigrantes poloneses, as viagens perfeitas da Europa ao Brasil e os processos de colonização do Noroeste do estado do Rio Grande do Sul. Trata-se de um processo que inclui a partida, o mundo de origem, as rupturas, novas possibilidades de enraizamento e o modo como se percebem contemporaneamente, tomando-os como resultados inacabados de um processo longo e demarcado de suas constituições. Nesse sentido, ao pensarmos acerca da travessia como ruptura e como novo enquadramento reflexivo (coletivo), percebemos que ela representa um evento (SAHLINS, 1990) para essa polonidade¹⁴.

De acordo com as discursividades locais, os antepassados dos poloneses decidiram emigrar porque havia muitas guerras na Europa, que tornavam a situação de permanência naquele continente insuportável. As narrativas deixam transparecer um *tempo das guerras*:

“Eles chegaram de cavalos e de aviões da polônia porque lá havia muita **guerra**.” (Ricardo, nove anos, polonês, estudante da 4ª série e filho de agricultores).

“Minha vó dizia: ‘Que dê só batata doce. Pelo menos estaremos **em paz** lá [no Brasil]’” (Aluizio, 59 anos, agricultor).

“O funcionário perguntô se a mãe queria ir pro Canadá, Brasil ou... Não lembro mais. Eram três países que a mãe podia escolhê. Mas a mãe não sabia qual. E disse assim: ‘Pra onde não tem **guerra**’. E viemos pro Brasil” (Anita, 68 anos, polonesa, agricultora aposentada).

Assim, os emigrantes poloneses são recorrentemente caracterizados como *fugitivos*:

Pesquisador: Bom, e vocês saberiam contar um pouco da história da família de vocês, assim? Como eles vieram para aqui na região?

Eugênia (44 anos, polonesa, funcionária pública): O que a vó contava era que **fugiram** da guerra.

Maria (36 anos, polonesa, funcionária pública): É, fugiam da guerra.

“**Fugiram** depois [*que passou as guerras*], porque naquela época não dava!” (Abel, 78 anos, polonês misturado com russo, colono).

Esses confrontos bélicos são vinculados a lutas contra russos, austríacos e, principalmente, germânicos. Tais conflitos são relacionados a ocupações de um espaço que, depois de finda a Primeira Guerra Mundial, formaria o território do Estado Polonês:

¹⁴ Por polonidade compreende-se, aqui, o pertencimento ao mundo polonês, vislumbrado por meio de narrativas, símbolos e uma série de elementos que serão apresentados ao longo deste artigo.

“Pois meu avô trabalhava em uma mina. Trabalhava naquelas furna. Nas profundesa. Forçado, obrigado pelos **alemão**. Aí ficô sabendo que ia tê navio saindo pr’otro país. Não sabiam Brasil, que país. Aí ele juntô gente da mesma raça, vamo dizê, e vieram, de navio”(Jorge, 82 anos, polonês, agricultor).

“Meu bisavô veio pro Brasil de navio em [...] 84. Ele veio porque meu vovô tava na catequese, né? Só que a catequese era só em **alemão**. Aí meu vovô tinha que aprendê o catecismo em alemão. Daí meu vovô falô em polonês numa aula e o professor não gostô e deu um tapa no nariz assim no meu vô [*gesto imitando o tapa*]. Saiu sangue! Quebrô o nariz. Daí meu avô... Não, meu bisavô, viu aquilo e disse assim: “Vô embora daqui pra um lugar em que Deus entenda também o polonês”. Ele saiu com um lema da Polônia: de achá um lugar onde pudesse falá polonês. É que a Polônia tinha sido invadida pelos **prusso, alemão, austríacos...**” (Eduardo, 62 anos, polonês, agricultor).

“Era extermínio da raça mesmo. [...] É que tinha as guerra. E a Polônia foi cortada... foi invadida pela **Alemanha**” (Aluízio, 59 anos, polonês, agricultor).

Não por acaso, é bastante razoável o número de autores que, ao tentar explicar o processo emigratório em questão, lembram que o Estado Polonês inexistia e que os Impérios Russo, Prussiano e Austríaco dominavam terras futuramente polonesas. Decol (2000, p. 2) considera que, além dos motivos econômicos, a emigração em tela precisa ser compreendida também como motivada por questões de ordem política, referindo-se a essas ocupações. Assim também entende Gritti (2004, p. 209), segundo a qual os poloneses que tomaram o rumo do Brasil eram movidos pelos mesmos fatores de expulsão e de atração de alemães e italianos, com a particularidade de serem marcados pela “submissão” aos Impérios ocupantes. Os motivos elencados por Wenczenovicz (2007, p. 420), da mesma forma, concernem tanto a fatores econômicos quanto à opressão vivenciada pela partilha. Essa divisão é atribuída a uma série de conflitos bélicos que envolveram poloneses e Impérios vizinhos, especialmente a partir de 1717, e que culminaram nas três partilhas – em 1772, 1792 e 1795 (KIENIEWICZ, 2001, p. 24-25). Esse processo envolveu várias batalhas, guerras civis, revoltas e teve prosseguimento no século XIX, com as guerras napoleônicas (*ibid.*, p. 29).

Mais do que uma conjuntura de guerra, porém, os relatos traçam uma situação de fricção interétnica, no sentido que Cardoso de Oliveira (1964, p. 27-28) atribui ao termo. As memórias expressam temporalidades marcadas pelo confronto entre, principalmente, alemães e poloneses, sendo que aqueles planejavam o “extermínio da raça [*polonesa*] mesmo”, como descreveu Aluízio. Isso ressoa em uma relação não

raramente conflituosa entre descendentes de poloneses e de alemães, que, na Colônia Guarani, foram transformados em vizinhos, já que se trata de uma colônia mista¹⁵.

Foi nesse contexto que se construiu a figura dos poloneses emigrantes. Conforme nossos interlocutores, os poloneses, oprimidos em suas próprias terras, tornaram-se *emigrantes* ou *fugitivos* e buscaram, em outras regiões, sorte diversa. Parte deles embarcou em navios para a América – EUA, Argentina e Brasil (OLIVEIRA, 2009). Anos mais tarde, em meados do século XX, levantamentos calcularam que havia “2 milhões de poloneses [*que*] viviam na Alemanha, 1,5 milhão nos Estados Unidos, 450 mil na França, 250 mil no Canadá, e 195 mil no Brasil” (DECOL, 2000, p. 2). O marco que é indicado como momento de início da imigração em massa para o Brasil é o ano de 1869; porém, a grande maioria dos poloneses que desembarcaram em terras brasileiras o fez entre a última década do século XIX e o estopim da 1ª Guerra Mundial, período que, mesmo na Polônia, foi denominado de “febre brasileira”.

Decidindo abandonar suas terras natais, esses *fugitivos*, portanto, empreenderam viagens transatlânticas. O caráter épico dessas viagens é enfatizado nas narrações dos poloneses da Linha Bom Jardim:

“[*Meus antepassados vieram de*] Navio. E deu uma tempestade no navio, então ela [*avó da interlocutora*] tinha um neto, um filho no colo com dois anos – tio João – e grávida com sete meses com meu pai. Então ela disse que ela tava num desespero. Mas disse que devagarinho, devagarinho, devagarinho foi acalmando aquele e vieram. Isso eu era menina. Como eu, ela contando, como a gente escuta e grava, né? Eu hoje tenho essa idade e eu não esqueci. [...] Aquilo chamô muito atenção da gente. Porque – imagina! – ficá naquele desespero, né? No mar, no navio, com nenê no colo e outro deu à luz aqui. Papai o primero que nasceu” (Suzana, 66 anos, polonesa, agricultora aposentada).

“Minha avó me contou que uma vez em um barco morreu um menino e sua mãe lhe escondeu, mas o corpo desse menino começou a feder e os tubarões começaram a bater no barco e aí as pessoas notaram que alguém tinha morrido e começaram a procurar e a mãe daquele menino começou a chorar e se obrigou a dizer onde o menino estava, esse menino foi encontrado e jogado no mar, pois se não jogassem o menino no mar os tubarões iriam virar o barco de tanto bater e as pessoas iriam morrer” (Giovana, nove anos, polonesa, estudante da 4ª série e filha de agricultores).

O meio de transporte usado, a duração da viagem – que variava de dias a seis meses – e histórias sobre a alimentação e outros elementos do cotidiano a bordo foram recordadas. Porém, as memórias mais recorrentemente escutadas foram as lembranças

¹⁵ Cerro Largo, município vizinho de Guarani das Missões, é identificado como *terra de alemão*. Trata-se da localidade resultante da Colônia Serro Azul, uma colônia particular construída em terras cedidas ao Dr. Horst Hoffmann e dirigida por um padre jesuíta, na qual receberam lotes descendentes de alemães católicos que imigravam das Colônias Velhas (POLANCZYK, 2010, *ibid.*, p.41).

de mortes que aconteciam no navio e que exigiam jogar os corpos no mar. Talvez narrativas carregadas de dramaticidade toquem mais profundamente os poloneses da Linha Bom Jardim, mas é passivo que a importância dessas viagens no processo de construção da diferença não pode ser minimizada. De fato, os antepassados das pessoas com quem eu conversei *vieram* de outros lugares e isso os faz diferentes da sociedade abrangente e anfitriã:

“Meu avô **veio** da Polônia” (Laura, 60 anos, polonesa, professora aposentada de Estudos Sociais, começou sua narrativa).

“[*Eu sou*] Polonêsa. Porque o meu tataravo por parte de pai veio da Polônia com nove anos para cá” (Liriana, 11 anos, polonesa, estudante da 5ª série e filha de agricultores).

Perfeita essa travessia do oceano, a qual foi tornada, pelas narrativas, uma *epopeia*, aqueles sujeitos, outrora *fugitivos das guerras*, transformaram-se em *imigrantes poloneses no Brasil*. Os antepassados das pessoas com quem eu conversei chegaram ao Rio de Janeiro ou a São Paulo. Desses lugares, tomaram embarcações e rumaram para Porto Alegre-RS, passando a fazer parte do contingente de imigrantes poloneses que colonizou o Rio Grande do Sul¹⁶ e, mais especificamente, dos cerca de 5.000 poloneses que receberam lotes de terras na Colônia de Guarany (POLANCZYK, 2010, p.104). As mesmas memórias deixam ver, portanto, que uma parte desses imigrantes acabou tomando o rumo do Noroeste do estado do Rio Grande Sul e tornou-se *colonizadores polono-brasileiros*.

Esse processo passa pela representação da região de Guarani das Missões, no período anterior à colonização, como restrita ao domínio da natureza. Quando àquela localidade chegaram os poloneses, nada haveria, exceto mato:

“Ah, [*essa região*] **era puro mato**... Eles vieram em picada, não tinha estrada... O sogro, quando veio, **fizeram** uma casinha de coqueiro pra passá as primeiras noite. E era assim: eles ficaram em cima dos palanque por causa dos bicho, da mata... Tinha muito animal feroz e eles não conheciam nada. Tinha onça, animais que Minha Nossa...” (Zeli, 63 anos, polonesa e agricultora aposentada).

“**Mato só se tinha**. Mato que eles derrubavam com os machado, com o serrote e **fazia** a vida.” (Silvia, 55 anos, polonesa e agricultora).

¹⁶ As estimativas sobre o número de pessoas que formavam esse grupo de colonizadores poloneses do Rio Grande do Sul é bastante inconstante na literatura. O motivo principal para essas dubiedades é a já referida ausência de um Estado polonês na época da migração em maior quantidade. Gardolinski (1958, p. 6-9) afirma que as estatísticas oficiais dizem que, de 1885 até 1937, teriam vindo 23.796 imigrantes poloneses. O pesquisador acredita que esse é um número muito pequeno. Defende que se deve acrescentar a essa soma parte dos imigrantes computados como austríacos, russos e alemães. Assim, chega-se a um número aproximado de 34.300.

Por um lado, as narrativas caracterizam a região como um sertão, um lugar sem plena presença humana. Contudo, talvez o mais interessante seja que, por outro lado, apresentam uma população polonesa como desbravadora daquele espaço tomado pelo mato, desconhecido, caótico e ainda não classificado. Essas pessoas teriam *feito*, isto é, instituído elementos culturais, como roças, igrejas, escolas.

“...do início, quando chegaram os primeiro colonizadores [*que seriam poloneses*]. Então, o primeiro colonizador veio com a base firme de fé. Ele, a maior riqueza que os fugitivos – digo direto – que lá do Norte vieram para cá e trouxeram, a maior riqueza é a fé... e a educação. Então, quando eles chegavam pra cá, **a primeira coisa que eles se interessavam é construir uma igreja e, ao lado, uma escola**. E logo procuravam no meio deles, do povo deles, alguém que pudesse dar aula. E sempre encontravam alguém” (Irmã Cláudia, polonesa e religiosa).

“Qualquer lugar que se vai, pra Argentina ou vai pr’o Paraná ou vai onde você for, tem polonês, né? Alguma coisa de desb, desbravada eles fizeram, né? [...] Na verdade se fosse olhá bem, é os primero que entravam, né? A não sê os loco, né? De repente, o bugre, essas coisa, né? Os polonês é os muito que vieram... Eu sei que o meu pai contava que eles chegavam aqui e começavam a derrubá, né? (Estanislau, 49 anos, polonês e agricultor).

Por isso, consideramos que os colonizadores polono-brasileiros são vistos como *civilizadores* daquele mundo tomado pelo mato, o qual teriam desbravado, transformando natureza em cultura, em casas, capelas, escolas, roçados. Quando falamos em *civilizadores*, não estamos utilizando um termo êmico, mas sintetizando uma série de representações acerca dos colonizadores. Essas representações são similares às encontradas por Seyfeth (2000) e por Zanini (2006), em suas respectivas análises de etnicidades de imigrantes, em diferentes contextos no sul do Brasil.

Portanto, a categoria de civilizadores não é usada pelos poloneses da Linha Bom Jardim. Contudo, a de *pioneiros* o é. São considerados pioneiros os colonizadores que primeiro teriam pisado naquelas terras e que, por isso, teriam enfrentado as agruras da colonização em suas versões mais difíceis. O historiador local Marmilicz (1998, p.29), em seu livro sobre a localidade, cita os nomes dos pioneiros: “Eis a razão do começo: terra, trabalho e liberdade. Eis os pioneiros: H., S., B. e K.”. Ser descendente de um desses pioneiros é motivo de orgulho para qualquer descendente de polonês. Há lutas para incluir no seletor grupo seu ancestral, mas a força do escrito abafa as tentativas de alterar a constituição do corpo de pioneiros. Repetidamente, especialmente entre os indivíduos cujos antepassados encontram-se no conjunto dos precursores, as pessoas com quem eu conversei tentavam citar os nomes dos *pioneiros*.

Porém, o importante é perceber que essa imagem da região como puro mato representa uma valorização dessa coletividade que a enfrentou e a trouxe para o domínio da cultura, compreendida aqui como princípio civilizador, também. Os poloneses da Linha Bom Jardim vangloriam-se dos *feitos* de seus antepassados diante de uma natureza inóspita: “Nós todos somos brasileiros. Cada um ajudô um poco o Brasil. Os italiano, os alemão, os poloneses...” (Carlos, 66 anos, polonês, agricultor).

Entretanto, o fundamental é que as representações dos antepassados como *civilizadores* dessa parte virginal do Brasil, nunca antes tocada, somadas às imagens de uma Europa em guerras – na qual emigrantes tornam-se *fugitivos* – e de viagens dramáticas, permitem configurar uma gênese compartilhada por todos os *poloneses* e distinta da dos *outros*, dos brasileiros, dos alemães, dos italianos e assim por diante. São essas memórias que constroem a crença subjetiva em uma origem comum, elemento que Weber (1994) mostrou ser basilar na formação de comunidades étnicas. Assim, essas representações sobre o processo de travessia constituem o mito de origem dos poloneses da Linha Bom Jardim. Ao mesmo tempo, permitem vislumbrar as transformações pelas quais passaram as coletividades polonesas, mudanças essas que não se encerraram nesse ponto, como tentaremos demonstrar a seguir.

4. Aprendendo o que seja castiçagem: uma antropologia das perdas?

Conforme nossos interlocutores, os tempos de hoje são tempos de “misturas” ou de “castiçagem”. Essa foi uma das – gratas – surpresas do nosso trabalho de campo. Em um dos primeiros dias que fui à Linha Bom Jardim, Carlos (66 anos, polonês e agricultor), depois de eu passar o dia ao seu lado e de sua esposa, Suzana (66 anos, polonesa e agricultora aposentada), acompanhou-me até a estrada. Na hora da despedida, fez o seguinte comentário:

“Aqui antes era tudo só H. e W. [*sobrenomes de pessoas tidas como polonesas*]. Depois que castiçô tudo” (Carlos).

Durante aquele mesmo dia, ele havia me explicado o que significava “castiçar”. Havia dito que teve que carpir a lavoura de soja, porque “a buva tomô conta”. E, segundo comentou, o secante não era capaz de matar a buva, porque esse inço deve ter castiçado com a soja transgênica, de modo que se tornou resistente ao veneno. Por outro lado, também disse-me como fazer porongos com casca mais grossa. Bastava incluir, na cova da semente de porongo, algumas sementes de melancia de porco. As plantas

castiçariam e os porongos que surgissem seriam de melhor qualidade. Portanto, “castiçar” é um processo da ordem da natureza e que envolve mistura de variedades diferentes de plantas ou, no caso de seres humanos, de pessoas de origens – ou “raças” – diferentes.

Com o passar do tempo e convivendo cotidianamente na Linha Bom Jardim, percebemos que, por meio de diferentes denominações, seus moradores relacionam os dias de hoje à castiçagem dos poloneses da Linha com pessoas de outras origens. Em contraposição ao passado – tempo da pureza –, a contemporaneidade seria o tempo da mistura. Poloneses já não casam somente com polonesas, e casamentos exogâmicos são progressivamente mais comuns.

As pessoas entendidas como “misturadas” não raramente assumem a identidade de *mestiças*:

“O meu bisavô veio de Portugal. E conheceu minha bisavó Italiana. Eles casaram-se e tiveram 5 filhos daí o meu avô se casou com uma Polonesa. Daí nasceu minha mãe que se casou com um Brasileiro. Daí nasceu eu. Por isso eu sou mestissa, e tenho muito orgulho de ser mestissa” (Elza, nove anos, brasileira, espanhola, italiana, polonesa e portuguesa e filha de agricultores).

Alguns aceitam com mais tranquilidade do que outros essas mudanças, como os indivíduos das gerações mais novas, que tendem a perceber as *misturas* como algo normal. O discurso público – nem sempre de acordo com as práticas, especialmente com as dos de mais idade – expressa a aceitação desses novos casamentos:

Pesquisador: E... Os antigos preferiam que poloneses não casassem com alemães? Vocês acham que tinha isso assim?

Eugênia (44 anos, polonesa, funcionária pública): Tinha. Só que **hoje acho que não**.

Pesquisador: Hoje, não?

Eugênia: De repente, alguém não gosta, mas se casam: é tudo uma mistura. **Tudo misturado**.

Pesquisador: E por que será que os antigos preferiam que não casasse?

Maria (36 anos, polonesa, funcionária pública): **Não misturasse a raça**. [risos].

Eugênia: Talvez fosse isso. [entre gargalhadas].

Pesquisador: Mas assim era só com alemães ou...?

Eugênia: Eu acho que não. **Eles só queriam polaco, mesmo**. [risos]. Porque era, não sei, é o que eu penso. Não sei, acho que eles queriam mesmo polaco.

Pesquisador: Tem alguma história na família que, que não permitiram que casasse ou alguma coisa assim?

Maria: Na minha, não.

Eugênia: Acho que não. Na hora... É que os meus tio são tudo casado com polônês. E irmã eu tenho só uma. Bom, essa já é casada com alemão. [risos]. Então já misturô um poquinho. Ai, ai, ai [risos]. [...] É que assim: **antes era diferente**, a cultura deles era diferente. **Hoje é tudo liberado**, né? Como os avôs da gente já tinham mais **aquela coisa de chega-até-ali-e-lá-não**. E agora não: é tudo... a gente já pensa de outra forma.

Apesar de um tanto longo, esse diálogo é interessante porque insere na discussão um novo elemento: a ruptura com a pureza está relacionada ao rompimento de práticas holistas (cf. DUMONT, 2000) ou, na fala de Eugênia, rompimento com “aquela coisa de chega-até-ali-e-lá-não”. Isto é, a difusão da ideia moderna do indivíduo como valor cria condições de possibilidade para a escolha de cônjuges endogâmicos ou exogâmicos, conforme a lógica do amor romântico. Por outro lado, a religiosidade nutrida pelos poloneses de hoje não seria tão fervorosa quanto a dos imigrantes. O que se processa, então, é toda uma reorganização das relações interétnicas, nem sempre compreendidas pelos mais idosos, que foram socializados em lógicas pouco individualistas.

Nesse processo, os sinais diacríticos normalmente acionados para o estabelecimento de fronteiras mudam. Porém, em poucos lugares, como na Linha Bom Jardim, as categorias étnicas são tão vívidas, sendo o temor da *perda* das identidades polonesas, pelo menos em parte, resultado da vivência dessa ressignificação do ser polonês, ao lado de uma ressemantização de todos os pertencimentos étnicos do mesmo contexto. Em outras palavras, é possível “dar testemunho da[s] cultura[s]” étnicas, como defende Sahlins (1997, p. 64). Isso porque Tiago (41 anos, italiano e polonês e agricultor) justifica anos de sua atuação junto à Igreja Católica de forma gratuita em função de seu *sangue polonês*, ao mesmo tempo em que vincula seu gosto por falar bastante, por “falar com as mãos” e por contar piadas e fazer brincadeiras em geral ao *sangue italiano* que também carrega. Zeli (63 anos, polonesa, agricultora aposentada), rindo, destacou que seus netos – que são *misturas* de polonês com português – a chamam de *babcia* e a seu marido de *dzadek* – respectivamente, avó e avô, em polonês, ao passo que denominam seus avôs paternos de *vô* e *vó*. Assim, podemos dizer, correndo o risco de tomar posição nos debates intergeracionais, que misturas não justificam uma *antropologia das perdas*, mas uma ciência atenta à dinamicidade e às ressignificações – e também às somas, como nos casos de Tiago, dos netos de Zeli e de outros que presenciei¹⁷.

A política migratória do Estado brasileiro, quando da nascente República, que criara colônias mistas para que o suposto perigo dos então chamados quistos étnicos não colocasse em risco a Soberania Nacional, supunha que, por meio das *misturas* entre as

¹⁷ Essa referência à soma não exclui a possibilidade de seleção circunstancial de uma das identidades pelo indivíduo. Essa escolha está relacionada, no mais das vezes, a interesses indissociáveis das dinâmicas das interações.

diferentes populações que imigravam para o Sul do país, iria mitigar os pertencimentos étnicos, como bem descreve Seyfeth (2000). De fato, os descendentes de poloneses da Linha asseveram que o *tempo da pureza* foi-se e houve misturas. Contudo, se o objetivo último da referida política era acabar com os hífen de polono-brasileiros, germano-brasileiros e ítalo-brasileiros, ela foi frustrada, pois o processo de hifenização só se intensificou e aponta para uma riqueza narrativa e de processos identitários ainda a ser melhor conhecida e analisada.

5. Apontamentos finais

O objetivo deste trabalho foi apresentar uma trajetória de construção das identidades polonesas da Linha Bom Jardim, partindo de dados produzidos em etnografia, com agentes que atuam na Linha. Ao longo da análise das narrativas, tentamos salientar como os pertencimentos a comunidades étnicas polonesas são dinâmicos, assumindo diferentes feições em diálogo profícuo com momentos históricos específicos.

No já clássico *Ilhas de História* (1990), Sahlins mostrou que simples eventos históricos podem alterar toda uma cosmologia, pois cada recontar de mitos é, na realidade, uma atualização dos mesmos, acontecendo na história. Assim, todos os fatos culturais estão sujeitos a riscos empíricos. As narrativas sobre a migração polonesa tecidas na Linha Bom Jardim, por descendentes dos imigrantes, também permitem vislumbrar que as coletividades polonesas estão sempre em risco, sujeitas ao contexto histórico e a suas possibilidades reflexivas e construtivas. Seja uma coletividade de emigrantes, de fugitivos, de colonizadores, de civilizadores, pura ou misturada, não é um absurdo dizer que as polonidades transformam-se, ao mesmo tempo em que reproduzem-se e perpetuam-se. No palco das interações, servem como sinais de distinção e são acionadas conforme as exigências dos contextos.

Em outro texto, Sahlins (1997, p. 50-51) identificou, na Antropologia moderna, o que chamou de pessimismo sentimental, isto é, certa nostalgia que entende que o objeto da Antropologia está sumindo, vitimado pela expansão do capitalismo. No fundo, a concepção de Ciência Antropológica temerosa de que os “nativos” sucumbam é a mesma que fez Lévi-Strauss (1967, p. 422) definir o antropólogo como o astrônomo das Ciências Sociais – aquele que está em busca da experiência humana distante.

Essa postura de Lévi-Strauss foi criticada por Pacheco de Oliveira (1998), pois, se essa fosse, de fato, a metáfora definidora da Antropologia, os índios do Nordeste brasileiro continuariam sendo uma Antropologia menor. Gostaríamos de indicar que a Antropologia da Etnicidade é a ciência que investiga não os grupos humanos mais distantes, mas o modo como as distâncias entre grupos de pessoas são construídas – ou como indivíduos poloneses e brasileiros (e assim por diante) são distinguidos, de modo que a distância entre eles pareça a distância entre os astros. No mundo das interações cotidianas, o que se observa, de fato, é a imensa capacidade reflexiva e criativa das culturas e dos indivíduos que as tecem espacial e temporalmente.

Referências

- ALMEIDA, Juliano Florczak. *Polonidades e memórias: trajetória de construção das identidades polonesas na Linha Bom Jardim, interior de Guarani das Missões-RS*. 2011. 128f. Monografia (Bacharelado em Ciências Sociais) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, RS, 2011.
- BARTH, Frederik. Grupos étnicos e suas fronteiras. In: POUTIGNAT, Philippe *et al.* *Teorias da identidade*. São Paulo: UNESP, 1998, p.187-227.
- BECKER, Howard S. *Métodos de pesquisa em Ciências Sociais*. 3. ed., São Paulo: Hucitec, 1997.
- BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Lisboa: Difel; Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.
- CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. A Noção de Fricção Interétnica. In: *O índio e o mundo dos brancos*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1964, p.13-30.
- CARNEIRO DA CUNHA, Manuela. Etnicidade: da cultura residual mas irreduzível. In: *Antropologia no Brasil: mito, história e etnicidade*. São Paulo: EdUSP, 1986, p.97-108.
- CARVALHO, José Murilo de. O motivo edênico no imaginário social brasileiro. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, vol. 13, nº38, Out. de 1998.
- DECOL, René D. Uma história oculta: a imigração dos países da Europa do Centro-Leste para o Brasil. In: Anais do XII Encontro Nacional de Estudos Populacionais, 2000, Campinas. *Anais eletrônicos...* Campinas: PUC Campinas, 2000. Disponível em: <http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/pdf/2000/Todos/migt22_1.pdf>. Acesso em: 15 ago. 2010.
- DOUMONT, Louis. *O individualismo: uma perspectiva antropológica da ideologia moderna*. Rio de Janeiro: Rocco, 2000.
- HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice; Editora Revista dos Tribunais, 1990.

GARDOLINSKI, Edmundo. Imigração e colonização polonesa. In: BECKER, Klaus. *Enciclopédia Rio-Grandense – vol. 5: Imigração*. Canoas, RS: Editora Regional, 1958, p.1-114.

GEERTZ, Clifford. Uma descrição densa: por uma Teoria Interpretativa da Cultura. In: *A interpretação das culturas: Uma Descrição Densa; Por uma teoria interpretativa da Cultura*. Rio de Janeiro: LTC, 1989.

GRITTI, Isabel Rosa. *Imigração e colonização polonesa no Rio Grande do Sul: a emergência do preconceito*. Porto Alegre: Martins Livreiro, 2004.

GUMPERZ, John. *Language and social identity*. 3 ed. Cambridge: Cambridge University Press, 1985.

HOBBSAWM, Eric. *Nações e nacionalismo desde 1970: programa, mito e realidade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

KEDAR, Leah (org). *Power through discourse*. Washington: Ablex Publishing Corporation, 1987.

KIENIEWICZ, Jan. Polônia, identidade de um país. In: DEMBICZ, Andrzej; KIENIEWICZ, Jan. *Polônia e polono-brasileiros*. Varsóvia: CESLA – Centro de Estudos Latino-Americanos, 2001.

LÉVI-STRAUSS, C. 1967. *Antropologia estrutural*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro.

MARMILICZ, Paulo Thomaz. *Linha Bom Jardim: cem anos de colonização – sua história e sua gente (1898-1998)*. Ijuí, RS: Policromia, 1998, 147p.

OLIVEIRA, Márcio de. Origens do Brasil meridional: dimensões da imigração polonesa no Paraná, 1871-1914. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v.22, n°43, janeiro-junho de 2009, p.218-237.

ORTNER, Sherry B. Subjetividade e Crítica Cultural. *Horizontes Antropológicos*. Porto Alegre, ano 13, n. 28, p. 375-405, jul./dez. 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ha/v13n28/a15v1328.pdf>. Acesso em: 20 jan 2010.

PACHECO DE OLIVEIRA, J. Uma etnologia dos “índios misturados”? situação colonial, territorialização e fluxos culturais. *Mana*, Rio de Janeiro, v.4, n°1, p.47-77, 1998.

POLLAK, Michel. Memória e Identidade Social. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992, p. 200-212.

POLANCZYK, Antonio José. *O imigrante polonês e a colônia Guarany*. Porto Alegre: Renascença; Edigal, 2010.

RICOUER, Paul. *Tempo e narrativa*. São Paulo: Papyrus, 1994.

SEYFERTH, Giralda. Construindo a Nação: hierarquias raciais e o papel do racismo na política de imigração e colonização. In: MAIO, Marcos Chor (org.). *Raça, ciência e sociedade*. Rio de Janeiro: FIOCRUZ/CCBB, 1996, p.41-58.

_____. Os imigrantes e a campanha de nacionalização do Estado Novo. In: PANDOLFI, Dulce (org.) *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: FGV, 1999, p.199-228.

_____. As identidades dos imigrantes e o *melting pot* nacional. *Horizontes Antropológicos*. Porto Alegre, ano 6, n. 14, nov. 2000, p. 143-176.

SAHLINS, Marshall. *Ilhas de História*. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1990.

_____. O “pessimismo sentimental” e a experiência etnográfica: por que a cultura não é um “objeto” em via de extinção (parte I). *Mana*, Rio de Janeiro, v.3, n°1, p.41-73, 1997.

_____. *Metáforas históricas e realidades míticas: estrutura nos primórdios da história do reino das Ilhas Sandwich*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.

ZANINI, Maria Catarina Chitolina. *Italianidade no Brasil Meridional: a construção da identidade étnica na região de Santa Maria-RS*. Santa Maria, RS: Ed. da UFSM, 2006, 256 p.

WEBER, Max. Relações Comunitárias Étnicas. In: *Economia e Sociedade – Vol.1*. 3ª ed. Brasília: EdUnB, 1994, p.267-275.

WENCZENOVICZ, Thaís Janaina. A imigração Polonesa. In: RACKZIEGEL, Ana Luiza & AXT, Gunter. (diretora dos volumes). *República Velha (1989-1930)*. Passo Fundo, RS: Méritos, 2007, v.3, t.1, p.419-439. (Coleção História Geral do Rio Grande do Sul).

* Artigo recebido em 12/04/2013 e aprovado em 25/10/2013. Uma versão deste trabalho foi discutida no Grupo de Trabalho “*Migrações, Estado-nação e Políticas Migratórias*”, da 28ª Reunião Brasileira de Antropologia, congresso organizado pela ABA – Associação Brasileira de Antropologia – e pela PUC-SP, em São Paulo, em julho de 2012.

** Aluno do Mestrado em Antropologia Social da UFRGS; graduado em Ciências Sociais na UFSM. Tem experiência em pesquisas sobre identidades sociais e étnicas, processo migratório polonês para o Rio Grande do Sul e memória social.

*** Mestre em Antropologia pela Universidade de Brasília (1997); Doutor em Ciência Social (Antropologia Social) pela Universidade de São Paulo (2002) e Pós-doutorado pelo Museu Nacional (MN-UFRJ) (2008). Atualmente é professora associada da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais. Tem experiência na área de Antropologia, trabalhando principalmente com as seguintes temáticas: migrações, teoria antropológica, campesinato e etnicidade. Pesquisadora Associada do NIEM-UFRJ (Núcleo de Estudos Migratórios). Pesquisadora PQ 2/CNPq.